BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

SUMÁRIO

Ministério da Cooperação

Diploma Ministerial n.º 61/90

Publica o quadro de pessoal do Ministério da Cooperação e revoga o Diploma Ministerial n.º 26/87 de 28 de Janeiro

Ministérios da Educação, das Finanças e Secretaria de Estado das Pescas

Diploma Ministerial n.º 62/90

Cria a Escola de Pesca na dependência da Secretaria de Estado das Pescas publica o seu estatuto orgânico e o quadro de pessoal e aprova o Regulamento das Carreiras Profissionais da mesma

Ministerio da Indústria e Energia

Despachos

Actualiza a estrutura da Direcção da Empresa Nacional Petróleos de Moçambique E.E. PETROMOC

Nomeia Evaristo Jordao Vilanculos para o cargo de Director Geral da Unidade de Direcção de Produtos Oleaginosos

Nomeia Feliciano dos Santos Muchine para o cargo de Director Geral Adjunto da Unidade de Direcção de Produtos Oleaginosos

Ministério das Finanças

Despacho

Aprova a lista de equivalências para efeito de integração dos actuais funcionários de Finanças e nomeia uma comissão para orientar e coordenar o mesmo processo

Nota — Foi publicado 4 suplemento ao *Boletim da República* 1.ª série n.º 21 e suplemento ao *Boletim da República* n.º 22 datados de 29 de Maio e 4 de Junho do corrente ano inserindo o seguinte

Presidência da Republica

Decreto Presidencial n.º 25/90

Nomeia Pedro Gavaç Odallah para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Republica Popular de Moçambique junto da Republica Unida da Tanzania

Ministério da Administração Estatal

Conselho Nacional da Função Publica

Resolução n.º 1/90

Define critérios para a atribuição de bônus de antiguidade

Resolução n.º 2/90

Atinente às propostas de nomeação do Secretário-Geral

Resolução n.º 3/90

Concernente ao curso de capacitação para secretários gerais e eventuais candidaturas para o mesmo cargo

MINISTÉRIO DA COOPERAÇÃO

Diploma Ministerial n.º 61/90

de 11 de Julho

Com a publicação do Regulamento das Carreiras Profissionais do Ministério da Cooperação aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 56/90 de 20 de Junho torna-se necessário rever o respectivo quadro de pessoal

Com a aprovação da Comissão de Administração Estatal e ao abrigo do artigo 3 do Decreto n.º 3/85 de 22 de Maio determino

Artigo 1.º É publicado o quadro de pessoal do Ministério da Cooperação anexo a este diploma de que faz parte integrante

Art 2.º O quadro de pessoal agora publicado contempla o número de unidades a prover em cada uma das ocupações profissionais do Anexo I do Regulamento de Carreiras Profissionais do Ministério da Cooperação aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 56/90 de 20 de Junho

Art 3.º O número de lugares a dotar em cada categoria profissional será fixado anualmente pelo Ministro da Cooperação tendo como referência

- O quadro das ocupações agora aprovado e o número de unidades existentes em cada categoria profissional
- As novas admissões os concursos de promoção e outros movimentos de pessoal programados
- Os limites dos fundos de salários aprovados para o Ministério da Cooperação

Art 4.º Consideram-se criados desde já para cada categoria profissional o número de lugares necessários a permitir ao provimento de todos os funcionários classificados para essa categoria no processo de integração previsto no Regulamento das Carreiras Profissionais do Ministério da Cooperação

Art 5.º Relativamente a quaisquer nomeações e outros movimentos de pessoal determinados do antecedente que aguardam o visto do Tribunal Administrativo a criação dos lugares retroage nos seus efeitos à data do respectivo despacho ou do início das funções consoante o caso

Art 6.º É revogado o Diploma Ministerial n.º 26/87 de 28 de Janeiro

Ministério da Cooperação em Maputo, 28 de Fevereiro de 1990 — O Ministro da Cooperação Jacinto Soares Veloso

Quadro do pessoal do Ministério da Cooperação

Categoria/função	Quantidade
A Funções de direcção e chefia	
A 1 — Director Nacional	2
A 2 — Director Nacional adjunto	1
A 3 — Chefe de departamento	8
A 4 — Chefe de gabinete	1
A 5 — Chefe de repartição	4
A 6 — Chefe de secção	9
Subtotal	25
B Outras funções de confiança	
B 1 — Assessor	5
B 2 — Secretário particular	1
Subtotal	6
C Carreiras técnicas	
C 1 — Técnico A de cooperação	17
C 2 — Técnico B de cooperação	11
C 3 — Técnico C de cooperação	19
C 4 — Técnico D de cooperação	18
C 5 — Documentalista B	2
C 6 — Técnico C de documentação	1
C 7 — Técnico D de documentação	1
C 8 — Analista de sistema A	1
C 9 — Técnico C de programação	2
C 10 — Técnico D de programação	2
Subtotal	74
D Cadeira de administração estatal	
D 1 — Técnico de administração de 1	1
D 2 — Técnico de administração de 2	4
D 3 — Primeiro-oficial de administração	5
D 4 — Segundo-oficial de administração	6
D 5 — Terceiro-oficial de administração	6
D 6 — Aspirante	2
Subtotal	24
E Cadeira de secretariado	
E 1 — Secretária de direcção	2
E 2 — Secretário-dactilógrafo	4
E 3 — Dactilógrafo de 1	5
E 4 — Dactilógrafo de 2	8
E 5 — Dactilógrafo de 3	2
E 6 — Escrivão-dactilógrafo	4
Subtotal	25
F Ocupações de apoio técnico e geral	
F 1 — Oficial de procolo de 1	1
F 2 — Oficial de procolo de 2	2
F 3 — Oficial de procolo de 3	2
F 4 — Condução de automóveis de 1ª classe	6
F 5 — Condução de automóveis de 2ª classe	3
F 6 — Impressor de offset	1
F 7 — Encadernador	1
F 8 — Telefones	4
F 9 — Recepção	1
F 10 — Estafeta	3
F 11 — Contínuo	1
F 12 — Servente	9
F 13 — Guarda	2
Subtotal	36
TOTAL	190

Aprovado pela Comissão de Administração Estatal

Maputo Fevereiro de 1990 — O Ministro da Administração Estatal *Jose Oscar Monteiro* — O Ministro das Finanças *Abdul Magid Osman* — O Ministro do Trabalho *Aguiar Joassa e Regaldo Real Mazula* — O Ministro da Justiça *Ossumane Aly Dauto*

(Fica sem efeito o Diploma Ministerial n.º 55/90 de 20 de Junho findo publicado no *Boletim da República* 1.ª série n.º 25)

MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO DAS FINANÇAS E SECRETARIA DE ESTADO DAS PESCAS

Diploma Ministerial n.º 62/90

de 11 de Julho

A formação de quadros técnicos qualificados constitui uma das grandes prioridades nacionais

A sua importância em sectores que se desenvolveram fundamentalmente após a Independência Nacional é particularmente premente como é o caso das pescas

Considera-se que a entrada em funcionamento há cerca de dez anos de uma escola de pesca voltada para a preparação de quadros de nível básico proporcionou neste período uma alteração acentuada e positiva da qualificação técnica prevalecente no sector das pescas e justifica que a referida instituição seja consagrada em lei não apenas a sua existência plena mas igualmente o quadro da sua evolução

Assim ao abrigo da alínea g) ponto 1 do artigo 20 do Decreto Presidencial n.º 1/85 de 29 de Julho os Ministros da Educação das Finanças e o Secretário de Estado das Pescas determinam

Artigo 1 É criada a Escola de Pesca que dependerá da Secretaria de Estado das Pescas e que funciona sob orientação metodológica do Ministério da Educação para as áreas de formação geral e básica

Art 2 A Escola de Pesca é uma instituição de ensino técnico profissional destinada a formação e reciclagem de técnicos e quadros de nível básico das profissões técnicas específicas das pescas podendo evoluir para a formação de quadros de nível médio logo que as condições de desenvolvimento do sector das pescas o exijam

Art 3 É publicado após a aprovação pela Comissão de Administração Estatal na base do artigo 3 do Decreto n.º 3/85 de 22 de Maio o estatuto organico e o quadro de pessoal da Escola de Pesca os quais formam parte integrante deste diploma

Art 4 É aprovado o Regulamento das Carreiras Profissionais da Escola de Pesca que também forma parte integrante deste diploma

Maputo 26 de Fevereiro de 1990 — O Ministro da Educação *Aniceto dos Muchangos* — O Ministro das Finanças *Abdul Magid Osman* — O Secretário de Estado das Pescas *Joaquim Tenreiro de Almeida*

Estatuto da Escola de Pesca

CAPÍTULO I

Sistema organico

SECÇÃO I

Generalidades

ARTIGO 1

A Escola de Pesca tem como objectivo principal a formação técnica de profissionais de mar e de terra ligados à frota pesqueira

ARTIGO 2

São atribuições gerais da Escola de Pesca

a) Planificar e ministrar cursos de formação de profissionais específicos das pescas

- b) Emitir os respectivos certificados de habilitações
- c) Realizar cursos de especialização e de reciclagem de curta duração
- d) Prestar assistência técnica e serviços diversos ao sector pesqueiro de acordo com as suas disponibilidades

ARTIGO 3

Para a prossecução do seu objectivo e das suas atribuições a Escola de Pesca abrange as seguintes áreas principais de actividades

- a) Área pedagógica abrangendo as aulas teóricas práticas oficiais e marítimas
- b) Área do internato abrangendo a ocupação dos tempos livres a auto-produção e condições de alojamento vestuário e de alimentação

SECÇÃO II

Estrutura

ARTIGO 4

A Escola de Pesca tem a seguinte estrutura

- a) Director
- b) Departamento Pedagógico
- c) Departamento Administrativo
- d) Internato

ARTIGO 5

Atribuições das estruturas

São as seguintes as atribuições específicas do director

- a) Dirigir coordenar e supervisionar as actividades da Escola
- b) Garantir a elaboração execução e controlo do plano da escola
- c) Representar a Escola junto de quaisquer organismos ou entidade

ARTIGO 6

São as seguintes as atribuições específicas do Departamento Pedagógico

- a) Elaborar os planos e programas de estudo dos diferentes cursos leccionados na escola
- b) Assegurar a execução dos programas de estudo
- c) Controlar as avaliações periódicas e finais dos alunos e preparar as propostas de afectação dos alunos finalistas de cada curso
- d) Organizar o plano de trabalho dos professores nas suas tarefas docentes e para docentes
- e) Actualizar o currículo de estudo das diferentes disciplinas leccionadas na escola e propor as modificações julgadas necessárias
- f) Manter uma biblioteca especializada nas matérias leccionadas na escola
- g) Dirigir a elaboração de manuais de ensino destinados aos alunos
- h) Fazer o acompanhamento profissional dos graduados dos formados pela escola

ARTIGO 7

São atribuições do Departamento Administrativo da Escola de Pesca

- a) Executar as tarefas administrativas referentes ao pessoal à manutenção do património da escola e a aquisições estas últimas em conjunto com os departamentos e secções correspondentes da escola

- b) Elaborar os projectos de orçamento do estado relativos à escola e fazer os registos referentes à sua execução
- c) Manter o arquivo relativo aos cursos e alunos da escola
- d) Executar quaisquer serviços gerais que sejam requeridos para o normal funcionamento da escola

ARTIGO 8

O Internato tem as seguintes atribuições específicas

- a) Garantir as condições materiais dos alunos nomeadamente o alojamento e vestuário
- b) Assegurar a boa condição física dos alunos nomeadamente através de uma alimentação de um ambiente higieno sanitário e de uma assistência médica adequadas
- c) Organizar e dirigir os tempos livres dos alunos nomeadamente o estudo programado as actividades culturais desportivas e de auto-produção e ainda as acções de ligação Escola Comunidade
- d) Garantir as condições de tranquilidade e de segurança a nível da escola indispensáveis ao seu normal funcionamento

8.2 O Internato constitui uma unidade adstrita Escola e é equiparada a Departamento

ARTIGO 9

Na Escola de Pesca funcionam os seguintes colectivos

- a) Conselho de Direcção
- b) Conselho Pedagógico

ARTIGO 10

Compete ao Conselho de Direcção

- a) Estudar as decisões das direcções do Partido e do Estado do Governo em geral e da Secretaria de Estado das Pescas em particular, relacionadas com a actividade da Escola de Pesca com vista à sua implementação
- b) Analisar propor e dar parecer sobre as actividades de preparação execução e controlo dos planos do sector em geral e do trabalho de formação em particular
- c) Executar o balanço periódico do plano e programa de actividades da escola
- d) Promover a troca de experiência e de informação entre os dirigentes e os quadros

10.1 O Conselho de Direcção tem a seguinte composição

- a) Director
- b) Chefe do Departamento Pedagógico
- c) Chefe do Departamento Administrativo
- d) Chefe do Internato
- e) Outros quadros a designar pelo Director

ARTIGO 11

Compete ao Conselho Pedagógico

- a) Analisar e propor os objectivos dos programas de estudo tomando como base a política de desenvolvimento pesqueiro e os planos do sector
- b) Analisar coordenar controlar e avaliar os programas de estudo a cargo do Departamento Pedagógico

- c) Estudar as alterações julgadas necessárias nos programas de estudo;
- d) Analisar e propor à Secretaria de Estado das Pescas os planos de formação de pessoal no âmbito das actividades da escola;
- e) Analisar a evolução profissional dos graduados da escola;

11.1. C Conselho Pedagógico tem a seguinte composição:

- a) Director;
- b) Chefe do Departamento Pedagógico;
- c) Chefe do Internato;
- d) Chefes das áreas internas do Departamento Pedagógico;
- e) Outros técnicos a designar pelo Director.

ARTIGO 12

Podem participar nas reuniões dos colectivos, na qualidade de convidados, representantes do Partido e das ODM's, bem como quadros técnicos e outros especialistas.

CAPÍTULO II

Disposições finais

ARTIGO 13

As dúvidas surgidas na aplicação do Estatuto serão resolvidas por despacho do Secretário de Estado das Pescas.

Aprovado pela Comissão de Administração Estatal.

Maputo, 26 de Fevereiro de 1990 -- O Ministro da Administração Estatal, *José Oscar Monteiro*. -- O Ministro das Finanças, *Abdul Magid Osman*. -- O Ministro da Justiça, *Ussumane Aly Daúto*. -- O Ministro do Trabalho, *Aguiar Jonassane Reginaldo Real Mazula*.

Regulamento das Carreiras Profissionais da Escola de Pesca

CAPÍTULO I

Âmbito e objectivos

ARTIGO 1

As disposições do presente Regulamento aplicam-se aos trabalhadores e funcionários da Escola de Pesca e estabelecem o regime de provimento nas categorias ocupacionais dos respectivos quadros de pessoal.

1.1. Aos trabalhadores recrutados em regime eventual aplicam-se as condições estabelecidas nos respectivos contratos de trabalho, os quais não podem conter condições salariais mais favoráveis do que as definidas para as ocupações correspondentes do quadro de pessoal, salvo se autorizado por despacho do Ministro das Finanças após consulta ao Ministério do Trabalho.

ARTIGO 2

Para efeito do estabelecido no presente Regulamento, são adoptadas as categorias ocupacionais e efectivos constantes do anexo I, que constituem o quadro de pessoal da Escola de Pesca.

2.1. No caso de os candidatos à integração no quadro de pessoal não possuírem os requisitos de qualificação exigidos, serão os mesmos integrados em categorias ocupacionais de nível inferior das respectivas carreiras profissionais e o quadro revisto, nos termos do § 1, do artigo 4.

ARTIGO 3

Para cada ocupação profissional é definido um qualificador, onde consta o conteúdo de trabalho, os requisitos de qualificação escolar e técnico-profissionais e ainda quaisquer outros considerados relevantes para o seu exercício.

3.1. Os qualificadores das ocupações específicas de técnicos constam do anexo II.

3.2. Os qualificadores das ocupações de técnicos, operários e empregados constam do qualificador definido nos artigos 12 e 16 do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado.

3.3. A atribuição de uma categoria profissional a um funcionário habilita-o a desempenhar determinadas ocupações profissionais em conformidade com os respectivos qualificadores, embora condicionado à existência da respectiva vaga, nos quadros de pessoal.

ARTIGO 4

Os quadros do pessoal são aprovados pela Comissão de Administração Estatal, e estabelecem o efectivo das diferentes categorias profissionais.

4.1. Os quadros do pessoal previstos no parágrafo anterior poderão ser revistos anualmente, observando-se sempre os limites do fundo de salários fixado do Orçamento Geral do Estado para o respectivo ano.

CAPÍTULO II

Do provimento, estágio e concurso

ARTIGO 5

As formas de provimento, estágio e concurso são as definidas no Estatuto Geral dos Funcionários do Estado.

CAPÍTULO III

Dos salários

ARTIGO 6

Com ressalva do disposto nos artigos seguintes, os salários a praticar relativamente aos funcionários da Escola de Pesca são os resultantes da aplicação das correspondentes tarifas segundo tabelas a aprovar por despacho conjunto dos Ministros das Finanças, do Trabalho e do Secretário de Estado das Pescas.

ARTIGO 7

Tratando-se de cargos de chefia e de direcção e recaiando a designação em funcionários do quadro aprovado, o salário efectivo a praticar não poderá ser inferior ao que, nos termos deste Regulamento, conjugados com a aplicação da correspondente tabela de tarifas, lhes caberia no exercício das funções da respectiva ocupação profissional acrescido de 10 por cento.

7.1. Finda a comissão de serviço em cargo de chefia ou de direcção o funcionário retomar o exercício da ocupação anterior à sua designação ou outra que, por virtude da progressão na respectiva carreira profissional, possa desempenhar.

ARTIGO 8

Durante o período de estágio o salário a praticar para o estagiário será o que resultar da aplicação da tarifa fixada para ocupação de ingresso na carreira excepto quando, por determinação da lei ou regulamento específico, deve ser observado uma remuneração distinta.

ARTIGO 9

C salário a atribuir ao funcionário designado para uma categoria ocupacional em regime de substituição com excepção dos cargos de chefia e direcção será regulado pelo artigo 116 do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado

9.1 Para o funcionário que seja designado em regime de substituição para ocupação de chefia e ou de direcção o salário a praticar será sempre o que resultar da aplicação da tarifa correspondente ao exercício dessa ocupação salvo o disposto no § 7.1 do artigo 7

9.2 A produção do efeito do disposto no presente artigo só se verificará quando a substituição tiver lugar por um período igual ou superior a 30 dias de calendário

ARTIGO 10

A produção de efeitos em caso de acumulação de funções só se verifica quando cumulativamente

- a) Tiver lugar entre cargos de chefia ou de direcção do mesmo nível e por período não inferior a trinta dias
- b) Tenha sido previamente autorizada por despacho do Director da Escola de Pesca

ARTIGO 11

Os trabalhadores da Escola de Pesca tem direito a uma gratificação quando embarcados para execução de programas definidos pelo Departamento Pedagógico e aprovados pelo Director da Escola de Pesca a determinar nos termos do artigo 128 do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado

ARTIGO 12

O bônus de antiguidade será atribuído de acordo com o definido no Estatuto Geral dos Funcionários do Estado

ARTIGO 13

No caso de um funcionário com direito a bônus de antiguidade ser designado para outras funções a que corresponde uma diferente ocupação profissional a sua nova remuneração não poderá em caso algum ser inferior à que auferia no desempenho das suas anteriores funções

13.1 Se a designação for para um cargo de chefia ou de direcção em regime de comissão de serviço ou de substituição observar-se-á ainda o seguinte

- a) O tempo de serviço prestado na nova ocupação será como tempo de serviço na respectiva ocupação profissional
- b) Findo o período de comissão de serviço ou de substituição e regressando o funcionário ao exercício das funções inerentes à sua ocupação profissional será reestabelecido o direito ao abono integral de bônus de antiguidade que se mostra devido

ARTIGO 14

Pela eficiência qualidade disciplina pontualidade será autorizada a atribuição de outro tipo de bônus podendo ser individual ou revestir a natureza de prémio colectivo de acordo com a legislação especial prevista no Estatuto Geral dos Funcionários do Estado

CAPITULO IV

Disposições transitórias

ARTIGO 15

As ocupações profissionais estabelecidas nos termos do anexo I do presente Regulamento serão atribuídas aos actuais funcionários e trabalhadores da Escola de Pesca

procedendo-se igualmente aos reajustamentos correspondentes às designações e respectivos salários de acordo com as suas aptidões técnico-profissionais e demais requisitos inerentes a cada ocupação

15.1 A integração de funcionários nos termos do disposto no número anterior não poderá em caso algum significar redução dos salários que estes venham recebendo na anterior ocupação profissional

15.2 Para efeitos do disposto neste artigo o Secretário de Estado das Pescas aprovará por despacho a lista de equivalências a observar para as actuais designações das categorias ocupacionais

ARTIGO 16

A integração dos actuais funcionários de nomeação definitiva far-se-á nas ocupações profissionais que lhes correspondam de acordo com as equivalências a que se refere o artigo anterior

16.1 Em cada ocupação profissional com excepção dos cargos de chefia e de direcção são ainda integrados como funcionários de nomeação definitiva nas ocupações profissionais e classes que lhes corresponderem

- a) Os trabalhadores que embora de nomeação provisória e interinos contratados ou assalariados venham exercendo há mais de cinco anos e com boas informações de serviço ocupações previstas na lista de equivalências
- b) Os trabalhadores que tendo sido designados para ocupações equivalentes há mais de cinco anos as venham exercendo em comissão de serviço ou substituição mesmo que internamente

16.2 Os funcionários que à data da entrada em vigor do presente Regulamento sejam contratados ou assalariados incluindo aqueles cuja admissão esteja em curso exerçam as suas funções há mais de dois anos com boas informações de serviço serão integrados como funcionários de nomeação provisória

ARTIGO 17

Para os casos de funcionários que à data de 31 de Dezembro de 1986 se encontrassem em regime de actividade fora dos quadros ou inactivos a respectiva integração nas ocupações equivalentes far-se-á apenas no momento em que venham a retomar a actividade nos quadros ou à requerimento do interessado para efeitos de admissão a concurso que não lhes seja vedado apresentar-se como candidatos

ARTIGO 18

A atribuição de novas ocupações profissionais assim como os reajustamentos referidos nos artigos 15 e 16 do presente Regulamento efectuar-se-á independentemente de quaisquer formalidades devendo contudo as respectivas listas nominais serem anotadas pelo Tribunal Administrativo e publicadas em *Boletim da Republica*

18.1 Nos casos que impliquem reclassificação ou atribuição de ocupação profissional nos termos dos artigos 19 e 20 seguintes os abonos serão efectuados a partir da data do referido despacho

ARTIGO 19

Relativamente aos funcionários e trabalhadores presentemente em comissão de serviço para os quais não tenha sido atribuída anteriormente uma ocupação profissional

esta será definida por despacho do Secretário de Estado das Pescas até noventa dias depois da aprovação do presente Regulamento

ARTIGO 20

Aos funcionários e trabalhadores que à data da entrada em vigor deste Regulamento correspondente uma remuneração total superior ao somatório que segundo o presente Regulamento cabe à respectiva ocupação profissional a diferença continuará a ser lhes abonada a título de compensação salarial

- a) Durante todo o tempo em que o funcionário se mantiver no exercício de uma categoria ocupacional em regime de comissão de serviço ou de substituição
- b) Durante todo o tempo em que o funcionário continuar efectivo no desempenho das funções inerentes à sua ocupação profissional

20 1 Finda a comissão de serviço em regime de substituição de acordo com o disposto na alínea a) do corpo deste artigo as remunerações a abonar serão as previstas neste Regulamento excepto se à ocupação profissional em que o funcionário se encontrava provido em 31 de Dezembro de 1987 correspondesse anteriormente remuneração superior sendo as respectivas diferenças abonadas sob a forma de compensação salarial

20 2 As compensações salariais previstas neste artigo extinguem-se suspendem-se ou reduzem-se nos termos dos artigos 21 e 22 seguintes

ARTIGO 21

Para os efeitos do disposto no artigo anterior o cálculo da remuneração total do funcionário em 1 de Janeiro de 1989 será feito com exclusão dos abonos de família e de quaisquer remunerações accidentais

ARTIGO 22

As compensações salariais previstas neste capítulo reduzir-se-ão ou extinguir-se-ão em resultado das alterações salariais que venham a ocorrer em virtude da mudança do respectivo funcionário para ocupação distinta a que corresponda tarifa superior ou da sua progressão na carreira profissional ou ainda em consequência de revisão das tarifas definidas no anexo III

22 1 Quando se verificarem as alterações previstas no número anterior o funcionário abrangido continuará a beneficiar da compensação salarial apenas na parte em que o somatório das remunerações auferidas até a data em que tais alterações ocorrerem exceda a remuneração que corresponder a respectiva classe de ocupação profissional nos termos deste Regulamento

ARTIGO 23

As dúvidas que surjam na aplicação do presente Regulamento serão resolvidas por despacho do Secretário de Estado das Pescas

ARTIGO 24

O presente Regulamento produz efeitos desde 1 de Janeiro de 1989

Nomenclatura das funções de direcção e chefia

Director
Chefe de departamento
Chefe de internato
Chefe de secção

Nomenclatura das categorias profissionais

1 — Carreira docente

Técnicos «A» (Licenciados)

Professor de navegação e pesca «A»
Professor de maquinaria naval «A»
Professor de formação geral «A»

Técnicos «B» (Bacharéis)

Professor de navegação e pesca «B»
Professor de maquinaria naval «B»
Professor de formação geral «B»

Técnicos «C» (Técnicos médios)

Professor assistente de navegação e pesca «C»
Professor assistente de maquinaria naval «C»
Professor assistente de formação geral «C»

Técnicos «D» (Técnicos básicos com 9ª classe)

Professor auxiliar

2 — Carreira de administração estatal

Primeiro oficial de administração
Segundo-oficial de administração

3 — Carreira de secretariado

Dactilógrafo

4 — Outras ocupações profissionais

Assistente de documentação
Estafeta
Empregado de armazém «A»
Cozinheiro «A»
Enfermeiro
Guarda «A»
Guarda «B»
Servente
Condutor de automóveis ligeiros
Condutor de automóveis pesados
Carpinteiro
Electricista instalador
Pedreiro
Canalizador
Serralheiro
Mecânico de automóveis
Técnico de reparação naval
Jardineiro
Ajudante de oficinas
Ferramenteiro
Capitão
Primeiro-oficial de máquinas
Segundo-oficial de máquinas
Terceiro-oficial de máquinas
Mestre de pesca costeira
Mestre de pesca local
Cozinheiro
Marinheiro pescador
Marinheiro motorista
Pescador

ANEXO I

Quadro de pessoal da Escola de Pesca

	Categoria	Número de lugares
1	Funções de direcção e chefia	
	Director	1
	Chefe de departamento	2
	Chefe de internato	1
	Chefe de secção	7
	<i>Total</i>	11
2	Categorias profissionais	
21	Carreira de administração estatal	
	Primeiro-Oficial de administração	1
	Segundo-Oficial de administração	1
22	Carreira docente	
	Professor de navegação e pesca «A» de 1	1
	Professor de maquinaria naval «A» de 1	1
	Professor de formação geral «A» de 1	1
	Professor de navegação e pesca «B» de 1	1
	Professor de maquinaria naval «B» de 1	1
	Professor de formação geral «B» de 1	1
	Professor assistente de navegação e pesca «C» principal	2
	Professor assistente de navegação e pesca «C» de 1	3
	Professor assistente de maquinaria naval «C» principal	2
	Professor assistente de maquinaria naval «C» de 1	3
	Professor assistente de formação geral «C» principal	2
	Professor assistente de formação geral «C» de 1	3
	Professor assistente de formação geral «C» de 2	1
	Professor auxiliar «D» principal	2
3	Carreira de secretariado	
	Dactilógrafo de 1	1
	Dactilógrafo de 2	1
24	Outras ocupações profissionais	
	Assistente de documentação	1
	Estafeta	1
	Empregado de armazém «A»	1
	Cozinheiro	4
	Enfermeiro	1
	Guarda «A»	1
	Guarda «B»	2
	Servente «A»	3
	Servente «B»	3
	Condutor de automóveis ligeiros	1
	Condutor de automóveis pesados «A»	1
	Condutor de automóveis pesados «B»	2
	Carpinteiro «A»	1
	Electricista instalador «B»	1
	Pedreiro «B»	2
	Canalizador «B»	1
	Serralheiro «B»	1
	Técnico de reparação naval	1
	Mecânico de automóveis «A»	1
	Jardineiro «A»	1
	Jardineiro «B»	1
	Ajudante de oficinas	3
	Ferramenteiro	1
	Capitão	1
	Primeiro-Oficial de máquinas	1
	Segundo-Oficial de máquinas	1
	Terceiro-Oficial de máquinas	1
	Mestre de pesca costeira	1
	Contramestre de pesca costeira	1
	Mestre de pesca local	2
	Cozinheiro	1

Categorias	Número de lugares
Marinheiro pescador	2
Marinheiro motorista	2
Pescador	2
<i>Total</i>	78
<i>Total geral</i>	89

Aprovado pela Comissão de Administração Estatal

Maputo 26 de Fevereiro de 1990 — O Ministro da Administração Estatal *Jose Oscar Monteiro* — O Ministro da Justiça *Ussumane Aly Dauto* — O Ministro do Trabalho *Aguiar Jonassane Reginaldo Real Mazula* — O Ministro das Finanças *Abdul Magid Osman*

ANEXO II

Qualificadores das profissões

Director

Conteúdo de trabalho

Executa tarefas de direcção de elevada complexidade que exija um alto grau de responsabilidade poder de decisão iniciativa e criatividade dado que da eficiência da sua actividade dependem em grande medida a formação científica técnica e profissional dos alunos possui os mais amplos poderes para decidir com autonomia a respeito da realização das tarefas correspondentes às atribuições da escola e ao cumprimento do plano com base nas orientações gerais transmitidas pelos órgãos superiores do Estado e Partido. Deste modo dirige e controla todo o trabalho da escola aplicando o princípio do centralismo democrático apoiando-se nos órgãos do Partido organizações democráticas de massas e os colectivos de trabalho da escola garante a elaboração execução e controle do plano da escola segundo as directivas estabelecidas tendo em atenção o íntimo relacionamento com as empresas e serviços do sector pesqueiro incentiva a participação activa dos trabalhadores na preparação cumprimento e controle do plano e nas decisões sobre a forma de melhorar e desenvolver a actividade da escola analisa sistematicamente o cumprimento dos objectivos e dos conteúdos programáticos assim como a qualidade do processo docente — educativo estabelece medidas para superar as dificuldades que se constatarem em cada fase do processo docente educativo exerce a disciplina de acordo com a lei e o regulamento interno da escola informa o órgão do sector a que se subordina a escola sobre o desenvolvimento das suas actividades das dificuldades encontradas e das possíveis medidas para solução apresentando periodicamente relatórios de prestação de contas representa legalmente a escola realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

Deve possuir como de habilitações mínimas bacharelato e experiência de ensino saber dirigir e controlar toda a actividade da escola saber como assegurar a máxima utilização dos recursos humanos materiais e financeiros conhecer as directivas do Estado e do Partido a legislação vigente e as normas e regulamentos relativos à sua actividade

Chefe do departamento pedagógico**Conteúdo de trabalho**

Realiza tarefas de maior complexidade que exigem com frequência iniciativa e criatividade na resolução de situações novas devendo para o efeito decidir com autonomia ao seu nível de responsabilidade em conformidade com as directivas traçadas a curto e médio prazos executa tarefas relativas a gestão organização controle coordenação e direcção na sua área de trabalho Nas suas tarefas específicas elabora e controla os planos e programas de estudo dos diferentes cursos ministrados na escola organiza e dirige o processo de ensino-aprendizagem dando especial importância às actividades práticas e produtivas estabelece critérios de selecção de professores que devem leccionar nos vários cursos elabora o plano de actividade dos professores tendo em atenção a elevação do seu nível técnico-pedagógico define os critérios de avaliação dos professores supervisa as avaliações periódicas e finais dos alunos e mantém actualizado o controle estatístico do processo docente educativo propõe a aquisição de material escolar e didáctico programa a elaboração de meios de ensino e responde pela sua óptima utilização assegura o funcionamento de uma biblioteca destinada aos alunos e professores participa na elaboração e execução de palestras seminários e outros temas de formação elabora o programa de acompanhamento profissional dos graduados assegura a aplicação de estímulos aos alunos e professores submete a aprovação superior propostas de promoção de professores substituição de professores apresenta periodicamente relatórios de prestação de contas perante as instâncias superiores realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir o curso superior e experiência profissional ou curso de nível médio de formação de professores no Instituto Pedagógico e cinco anos de experiência no trabalho Deve dominar as diversas metodologias de ensino conhecer os princípios científicos do processo docente-educativo e aplicar os princípios de ligação da escola a vida e da teoria à prática saber organizar controlar analisar coordenar e dirigir os trabalhos da área de formação

Chefe do departamento administrativo**Conteúdo de trabalho**

Realiza tarefas de maior complexidade e que exigem com frequência iniciativa e criatividade na resolução de situações novas devendo para o efeito decidir com autonomia ao seu nível de responsabilidade em conformidade com as directivas traçadas Executa tarefas relativas a gestão organização fiscalização e controle coordenação direcção das actividades financeiras contabilísticas de recursos humanos economato e transporte e o controle de *plafonds* executa análise dos planos e projectos para as áreas que dirige e colabora na elaboração de outros é responsável pelo cumprimento do plano de trabalho com a qualidade e nas datas fixadas conforme as orientações e directivas recebidas elabora e controla os planos de compra e distribuição do material de uso corrente propõe emendas e inovações nas normas de consumo; elabora e garante o cumprimento dos compromissos contratuais efectuados garante o bom relacionamento com os fornecedores analisa o aproveitamento do fundo de tempo de trabalho dos trabalhadores e propõe medidas de maior utilização

deste garante o desenvolvimento e elevação técnico-profissional da força de trabalho sob sua direcção submete a aprovação das propostas de promoção de professores substituição e de reserva de quadros do departamento; toma medidas para garantir a protecção física das instalações e bens e segurança do centro de trabalho verifica o cumprimento das metas de trabalho apresenta periodicamente relatórios de prestação de contas perante a direcção assegura a óptima utilização dos bens e materiais destinados às áreas de contabilidade e finanças recursos humanos e economato dirige e participa nos planos e programas de trabalho das distintas áreas que compoem o departamento aplica na realização das suas tarefas princípios de organização de trabalho realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve saber gerir organizar fiscalizar controlar coordenar e dirigir todas as actividades das áreas de contabilidade e finanças recursos humanos economato e transporte Deve conhecer as directivas estabelecidas os planos e programas das áreas que dirige o regulamento interno o regulamento de funcionalismo publico e as leis vigentes no país relativas ao seu trabalho Deve possuir conhecimentos sobre economia e finanças gestão de pessoal organização do trabalho economato transporte e armazenamento do material o curso médio das especialidades afins (contabilidade recursos humanos) e experiência profissional de pelo menos três ou dois anos de trabalho como técnico médio «A» das especialidades afins

Chefe do Internato**Conteúdo de trabalho**

Realiza tarefas de maior complexidade que exigem com frequência iniciativa e criatividade na resolução de situações novas devendo para o efeito decidir com autonomia ao seu nível de responsabilidade em conformidade com as directivas traçadas a curto e médio prazos garante as condições materiais de vida dos alunos assegura a boa condição física dos alunos e a assistência médica necessária programa e controla as actividades dos alunos de maneira que cumpram rigorosamente os horários fixados o estudo programado a auto-produção as actividades culturais e desportivas e todas as acções propostas pela OJM e a Comunidade estuda com as estruturas dos alunos o regulamento geral da escola e exige o seu cumprimento avalia periodicamente o funcionamento das estruturas dos alunos mantém a ordem e a disciplina e vela pelas entradas e saídas dos alunos do recinto da escola realiza inspecções diárias a todas as instalações nomeadamente aos dormitórios os refeitórios e outros locais onde os alunos passam a maior parte do tempo verificando o seu estado de conservação organiza e controla o sistema de vigilância e segurança da escola participa na avaliação integral dos alunos e mantém a área pedagógica ao corrente de todas as ocorrências consideradas úteis para a análise do comportamento e aproveitamento escolar planifica as actividades recreativas solicitando as condições necessárias realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve ter formação académica de nível médio
- Deve ser dinâmico cortês educado disciplinado apurado e possuir um alto espírito de civismo

saber organizar planificar controlar coordenar e dirigir todas as actividades do internato ser exemplar nas relações com os outros e saber analisar com profundidade e seriedade as preocupações e questões colocadas pelos alunos

Chefe da secção de navegação e pesca

Conteúdo de trabalho

Executa actividades de organização planificação controle coordenação e direcção do grupo docente da sua secção orienta os professores na realização das tarefas não só do ponto de vista pedagógico como educativo garante a aplicação correcta dos programas das várias disciplinas de navegação pesca e manipulação do pescado aperfeiçoa e cria um sistema de trabalho uniforme nos professores vela pelo enquadramento correcto de novos professores planifica e organiza a utilização do material base de estudo controla a assiduidade e assiste às aulas dos professores analisa os métodos de elaboração dos planos de aula e provas de avaliação propõe critérios de avaliação dos professores verifica a assiduidade dos alunos e o seu aproveitamento académico propõe medidas para a recuperação dos mais atrasados planifica e organiza a elaboração e utilização dos meios de ensino adopta medidas imediatas para solucionar dificuldades que surgem garante a ligação interdisciplinar e promove encontros com docentes de outras secções propõe medidas de superação dos professores orienta os professores a criar nos alunos o hábito do uso da informação científico-técnica utilizando a biblioteca mantém uma estreita relação com as empresas e organismos de investigação com o objectivo de conhecer as actividades relacionadas com a sua secção elabora e arquiva as actas das reuniões do colectivo da secção realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir um curso médio na área de navegação e pesca e cinco anos de experiência docente saber dirigir orientar coordenar as actividades de secção leccionar uma ou mais disciplinas conhecer as normas de funcionamento e articulação das diferentes secções pedagógicas

Chefe da secção de maquinaria naval

Conteúdo de trabalho

Executa tarefas de organização planificação controle coordenação e direcção do grupo docente da sua secção orienta os professores na realização das tarefas não só do ponto de vista pedagógico como educativo garante a aplicação correcta dos programas das várias disciplinas de operação e manutenção das máquinas das embarcações e pesca aperfeiçoa e cria um sistema de trabalho uniforme nos professores vela pelo enquadramento correcto de novos professores planifica e organiza a utilização do material base de estudo controla a assiduidade e assiste às aulas dos professores analisa os métodos de elaboração dos planos de aula e provas de avaliação propõe critérios de avaliação dos professores verifica a assiduidade dos alunos e o seu aproveitamento académico propõe medidas para a recuperação dos mais atrasados planifica e organiza a elaboração e utilização dos meios de ensino adopta medidas imediatas para solucionar as dificuldades que surgem garante a ligação interdisciplinar e promove encontros com docentes de outras secções propõe medidas de superação dos professores orienta os professores a criar nos alunos o hábito do uso da informação científico-

técnica utilizando a biblioteca mantém uma estreita relação com as empresas do sector pesqueiro que desenvolvem actividades relacionadas com a sua secção elabora e arquiva as actas das reuniões do colectivo da secção realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir o curso médio de máquinas e cinco anos de experiência docente saber dirigir orientar coordenar as actividades da secção leccionar uma ou mais disciplinas conhecer as normas de funcionamento e articulação das diferentes secções pedagógicas

Chefe da secção de frota e práticas no mar

Conteúdo de trabalho

Executa tarefas de organização planificação controle coordenação e direcção do grupo docente da sua secção em estreita ligação com as tripulações das várias embarcações de treino da escola orienta os professores na realização das tarefas não só do ponto de vista pedagógico como educativo garante a aplicação correcta dos programas de ensino prático no mar em coordenação com as secções de navegação e pesca e maquinaria naval aperfeiçoa e cria um método de trabalho uniforme nos professores e elementos das tripulações vela pelo enquadramento correcto de novos professores planifica e organiza a utilização do material base de estudo controla a assiduidade e acompanha o trabalho dos professores analisa os métodos de elaboração dos planos de trabalho com os alunos e analisa a sua avaliação propõe critérios de avaliação dos professores e tripulações verifica a assiduidade dos alunos e o seu aproveitamento académico propõe medidas para a recuperação dos mais atrasados planifica e organiza a elaboração e utilização dos meios de ensino adopta medidas imediatas para solucionar as dificuldades que surgem garante a ligação interdisciplinar e promove encontros com docentes de outras secções propõe medidas de superação dos professores orienta os professores a criar nos alunos o hábito do uso da informação científico-técnica utilizando a biblioteca organiza a gestão da frota e dá respectiva tripulação garante o apoio logístico à frota e os materiais de manutenção corrente mantém uma estreita ligação com as empresas do sector pesqueiro que desenvolvem actividades relacionadas com a sua secção planificando o acompanhamento e controle da evolução profissional dos graduados da escola em estágio elabora e arquiva as actas das reuniões do colectivo da secção realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir o curso médio de navegação ou pesca e cinco anos de experiência docente saber dirigir orientar coordenar as actividades da secção leccionar uma ou mais disciplinas conhecer as normas de funcionamento e articulação das diferentes secções pedagógicas

Chefe da secção de manutenção naval

Conteúdo de trabalho

Executa tarefas de organização planificação controle coordenação e direcção da equipa de manutenção e reparação das embarcações de treino na escola garante o estádio operativo da frota de acordo com o plano definido pelo departamento pedagógico em coordenação com a secção de frota e práticas no mar programa os trabalhos de

manutenção corrente a serem realizadas pelas tripulações e outros grupos de trabalho — alunos e professores; planifica a manutenção periódica da frota conhecendo o calendário do ano lectivo organiza a reparação de máquinas e outros equipamentos com o apoio da secção de maquinaria naval integrando sempre que possível alunos da especialidade acompanha os trabalhos de reparação entre outros a terceiros verificando com rigor os seus custos planifica a aquisição de materiais e peças sobressalentes controla regularmente o *stock* de materiais existentes em armazém mantém uma estreita relação com as empresas do sector pesqueiro que desenvolvem actividades no campo da reparação naval organiza o apoio a outras áreas de trabalho sempre que seja solicitado realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir um curso médio de máquinas ter experiência de trabalho num estabelecimento de ensino saber dirigir orientar coordenar as actividades da secção conhecer as normas de funcionamento e articulação das diferentes secções pedagógicas

Chefe da secção de formação geral

Conteúdo de trabalho

Executa actividades de organização planificação controle coordenação e direcção do grupo docente da sua secção orienta os professores na realização das tarefas não só do ponto de vista pedagógico como educativo garante a aplicação correcta dos programas das varias disciplinas de formação geral aperfeiçoa e cria um sistema de trabalho uniforme nos professores vela pelo enquadramento correcto de novos professores planifica e organiza a utilização do material base de estudo controla a assiduidade e assiste às aulas dos professores analisa os métodos de elaboração dos planos de aula e provas de avaliação propõe criterios de avaliação dos professores verifica a assiduidade dos alunos e o seu aproveitamento académico propõe medidas para a recuperação dos mais atrasados planifica e organiza a elaboração e utilização dos meios de ensino adopta medidas imediatas para solucionar dificuldades que surgem garante a ligação interdisciplinar e promove encontros com docentes de outras secções propõe medidas de superação dos professores orienta os professores a criar nos alunos o hábito do uso da formação científica utilizando a biblioteca elabora e arquiva as actas das reuniões do colectivo da secção realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir curso medio de formação pedagógica e cinco anos de experiência docente saber dirigir orientar coordenar as actividades da secção leccionar uma ou mais disciplinas conhecer as normas de funcionamento e articulação das diferentes secções pedagógicas

Chefe da secção de refeitório

Conteúdo de trabalho

Executa tarefas especializadas de relativa complexidade que exigem com certa frequência iniciativa e criatividade na resolução de situações novas podendo decidir em conformidade com as instruções gerais de trabalho os planos e programas concretos e definidos e as orientações da

Direcção da Escola e órgãos estatais competentes executa tarefas relativas à gestão organização fiscalização e controle coordenação e direcção da sua área de trabalho executa estudos planos e projectos de pouca complexidade e colabora na elaboração de outros mais complexos elabora o plano de aquisição de produtos e toma medidas para garantir o controle de consumo conservação e armazenagem dos produtos conhece as disponibilidades da produção da escola e planifica o consumo dos seus produtos elabora a ementa semanal divulgando a com a devida antecedência dirige e orienta as turmas de serviço a cozinha e vela pela qualidade da confecção das refeições cuida e mantém em bom estado de conservação os recursos materiais e equipamentos a seu cargo zela pela limpeza arrumação e segurança da cozinha e refeitório e pelo embelezamento das zonas adjacentes Apresenta periodicamente relatório de prestação de contas realiza outras tarefas de complexidade similar participa com os alunos no estudo e implementação do regulamento interno da escola e todas as orientações das estruturas superiores

Requisitos de qualificação

- Deve saber gerir organizar fiscalizar controlar coordenar e dirigir o sistema de compras armazenagem e abastecimento da escola conhecer as normas de segurança e higiene no trabalho relacionado com a sua actividade ter noções de organização do trabalho dietética e conservação de alimentos saber ler escrever e efectuar as quatro operações fundamentais com numeros inteiros decimais e fraccionarios e calcular percentagens conhecer os sistemas de pesos e medidas conhecer o tipo de características de mercadorias as que interessam ao local de trabalho saber armazenar separar e arrumar produtos e mercadorias

Chefe da secção de alojamento

Conteúdo de trabalho

Executa tarefas especializadas de relativa complexidade que exigem com certa frequência iniciativa e criatividade na resolução de situações novas podendo decidir em conformidade com as instruções gerais de trabalho os planos e programas concretos e definidos e as orientações da direcção da escola e órgãos estatais competentes executa tarefas relativas a gestão organização fiscalização controle coordenação e direcção da sua área de trabalho executa estudos planos e projectos de pouca complexidade e colabora na elaboração de outros mais complexos planifica os trabalhos de reparação e manutenção das instalações e equipamento destinados aos alunos como dormitórios salas de convívio de estudo realiza inspecções diárias das instalações e transmite aos alunos orientações para a sua correcta conservação participa com os alunos no estudo e implementação do regulamento interno da escola e de todas as orientações das estruturas superiores planifica organiza e controla os grupos de trabalho escolar pelas várias actividades planifica a aquisição de vestuário e outros artigos necessários aos alunos cuida e mantém em bom estado de conservação os recursos materiais e equipamento a seu cargo

Requisitos de qualificação

- Deve saber gerir organizar fiscalizar controlar coordenar e dirigir as actividades da sua área de trabalho conhecer as normas de segurança

e higiene no trabalho relacionado com a sua actividade possuir um curso de nível médio e experiência de trabalho com alunos

Professor de navegação e pesca «A» principal

Conteúdo de trabalho

Conhece o conteúdo das disciplinas da área de navegação e pesca lecciona uma ou mais disciplinas organiza e controla o processo docente determinando os meios e métodos de ensino elabora ou participa na elaboração de manuais escolares e outros documentos pedagógicos concebe aperfeiçoa e elabora critérios e instrumentos de avaliação pedagógica realiza e dirige temas de investigação pedagógica avalia a aplicação dos programas de ensino programa orienta e realiza acções de formação de docentes organiza apoia e supervisa o trabalho dos professores de qualificação inferior integra-se nas actividades complementares da escola aplica princípios de organização do trabalho relacionados com a actividade realza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir a licenciatura e no mínimo cinco anos de experiência como professor de navegação e pesca «A» de 1ª classe e satisfazer os requisitos de conhecimentos e aptidões comprovados através de provas de avaliação

Professor de navegação e pesca «A» de 1 classe

Conteúdo de trabalho

Conhece os programas das disciplinas de navegação e pesca lecciona uma ou mais disciplinas participa na organização e controle do processo docente participa na elaboração de manuais escolares e elabora documentos pedagógicos participa no estudo dos critérios e instrumentos de avaliação pedagógica integra-se em grupos de trabalho de investigação pedagógica propõe conteúdos dos programas de ensino realza acções de formação de docentes apoia o trabalho dos técnicos de categorias inferiores integra-se nas actividades complementares da escola sob supervisão do professor mais qualificado realiza tarefas de maior complexidade orienta e coordena o trabalho dos professores de qualificação inferior aplica princípios de organização do trabalho relacionados com a actividade realza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir a licenciatura e no mínimo cinco anos de experiência como professor de navegação e pesca «A» de 2ª classe e satisfazer os requisitos de conhecimentos e aptidões comprovados através de provas de avaliação

Professor de navegação e pesca «A» de 2 classe

Conteúdo de trabalho

Conhece os programas das disciplinas de navegação e pesca lecciona uma ou mais disciplinas participa na organização e controle do processo docente elabora documentos pedagógicos aplica os critérios e instrumentos de avaliação pedagógica integra-se em trabalhos de investigação pedagógica propõe conteúdos de ensino participa na formação de docentes e acompanha o trabalho dos professores de categorias inferiores integra-se nas actividades complementares da escola sob supervisão do professor de maior qualificação realiza tarefas de complexidade maior

aplica princípios de organização do trabalho relacionado com a actividade realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir a licenciatura experiência e satisfazer os requisitos de conhecimentos e aptidões comprovados através de provas de avaliação

Professor de maquinaria naval «A» principal

Conteúdo de trabalho

Conhece o conteúdo das disciplinas da área de maquinaria naval lecciona uma ou mais disciplinas organiza e controla o processo docente determinando os meios e métodos de ensino elabora ou participa na elaboração de manuais escolares e outros documentos pedagógicos concebe aperfeiçoa e elabora critérios e instrumentos de avaliação pedagógica realiza e dirige temas de investigação pedagógica avalia a aplicação dos programas de ensino programa orienta e realiza acções de formação de docentes organiza apoia e supervisa o trabalho dos professores de qualificação inferior integra-se nas actividades complementares da escola aplica princípios de organização do trabalho relacionados com a actividade realza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir licenciatura e no mínimo cinco anos de experiência como professor de maquinaria naval «A» de 1ª classe e satisfazer os requisitos de conhecimentos e aptidões comprovados através de provas de avaliação

Professor de maquinaria naval «A» de 1 classe

Conteúdo de trabalho

Conhece os programas das disciplinas de maquinaria naval lecciona uma ou mais disciplinas participa na organização e controle do processo docente participa na elaboração de manuais escolares e elabora documentos pedagógicos participa no estudo dos critérios e instrumentos de avaliação pedagógica integra-se em grupos de trabalho de investigação pedagógica propõe conteúdos dos programas de ensino realiza acções de formação de docentes apoia o trabalho dos técnicos de categoria inferiores integra-se nas actividades complementares da escola sob supervisão do professor mais qualificado realiza tarefas de maior complexidade orienta e coordena o trabalho dos professores de qualificação inferior aplica princípios de organização do trabalho relacionados com a actividade realza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir a licenciatura e no mínimo cinco anos de experiência como professor de maquinaria naval «A» de 2ª classe e satisfazer os requisitos de conhecimentos e aptidões comprovados através de provas de avaliação

Professor de maquinaria naval «A» de 2 classe

Conteúdo de trabalho

Conhece os programas das disciplinas de maquinaria naval lecciona uma ou mais disciplinas participa na organização e controle do processo docente elabora documentos pedagógicos aplica os critérios e instrumentos de avaliação pedagógica integra-se em trabalhos de investigação

pedagógica propõe conteúdos de ensino participa na formação de docentes e acompanha o trabalho dos professores de categorias inferiores integra-se nas actividades complementares da escola sob supervisão do professor de maior qualificação realiza tarefas de complexidade maior aplica princípios de organização do trabalho relacionados com a actividade realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir a licenciatura experiência e satisfazer os requisitos de conhecimentos e aptidões comprovados através de provas de avaliação

Professor de formação geral «A» principal

Conteúdo de trabalho

Conhece o conteúdo das disciplinas da área de formação geral lecciona uma ou mais disciplinas organiza orienta e controla o processo docente determinando os meios e métodos de ensino elabora ou participa na elaboração de manuais escolares e outros documentos pedagógicos concede aperfeiçoamento e elabora critérios e instrumentos de avaliação pedagógica realiza e dirige temas de investigação pedagógica avalia a aplicação dos programas de ensino programa orienta e realiza acções de formação de docentes organiza e supervisa o trabalho dos professores de qualificação inferior integra-se nas actividades complementares da escola aplica princípios de organização do trabalho relacionados com a actividade realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir licenciatura e no mínimo cinco anos de experiência como professor de formação geral A de 1ª classe e satisfazer os requisitos de conhecimentos e aptidões comprovados através de provas de avaliação

Professor de formação geral «A» de 1 classe

Conteúdo de trabalho

Conhece os programas das disciplinas de formação geral lecciona uma ou mais disciplinas participa na organização e controle do processo docente participa na elaboração de manuais escolares e elabora documentos pedagógicos participa no estudo dos critérios e instrumentos de avaliação pedagógica integra-se em grupos de trabalho de investigação pedagógica propõe conteúdos dos programas de ensino realiza acções de formação de docentes apoia o trabalho dos técnicos de categoria inferior integra-se nas actividades complementares da escola sob supervisão do professor mais qualificado realiza tarefas de maior complexidade orienta e coordena o trabalho dos professores de qualificação inferior aplica princípios de organização do trabalho relacionados com a actividade realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir a licenciatura e no mínimo cinco anos de experiência como professor de formação geral «A» de 2ª classe e satisfazer os requisitos de conhecimentos e aptidões comprovados através de provas de avaliação

Professor de formação geral «A» de 2 classe

Conteúdo de trabalho

Conhece os programas das disciplinas de formação geral lecciona uma ou mais disciplinas participa na organização e controle do processo docente elabora documentos pedagógicos aplica os critérios e instrumentos de avaliação pedagógica integra-se em trabalhos de investigação pedagógica propõe conteúdos de ensino participa na formação de docentes e acompanha o trabalho dos professores de categoria inferior integra-se nas actividades complementares da escola sob supervisão do professor de maior qualificação realiza tarefas de complexidade maior aplica princípios de organização do trabalho relacionados com a actividade realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir a licenciatura experiência e satisfazer os requisitos de conhecimentos e aptidões comprovados através de provas de avaliação

Professor de navegação e pesca «B» principal

Conteúdo de trabalho

Conhece os programas das disciplinas de navegação e pesca lecciona uma ou mais disciplinas participa na organização e controle do processo docente elabora documentos pedagógicos aplica os critérios e instrumentos de avaliação pedagógica integra-se em trabalhos de investigação pedagógica propõe conteúdos de ensino participa na formação de docentes e acompanha o trabalho dos professores de categoria inferior integra-se nas actividades complementares da escola sob supervisão do professor de maior qualificação realiza tarefas de complexidade maior aplica princípios de organização do trabalho relacionados com a actividade realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir o bacharelato e mais de cinco anos de experiência como professor B de 1ª classe e satisfazer os requisitos de conhecimentos e aptidões comprovados através de provas de avaliação

Professor de navegação e pesca «B» de 1 classe

Conteúdo de trabalho

Conhece o conteúdo das disciplinas da área de navegação e pesca lecciona uma ou mais disciplinas participa na organização e controle do processo docente participa na elaboração de manuais escolares e documentos pedagógicos aplica os critérios e instrumentos de avaliação pedagógicos integra-se em trabalhos de investigação pedagógica propõe conteúdos de ensino participa na formação de docentes e acompanha o trabalho dos professores de categoria inferior integra-se nas actividades complementares da escola sob supervisão realiza tarefas de maior complexidade aplica princípios de organização do trabalho relacionados com a actividade realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir o bacharelato e experiência profissional de cinco anos como professor de navegação e pesca B de 2ª classe

Professor de navegação e pesca «B» de 2 classe**Conteúdo de trabalho**

Conhece o conteúdo das disciplinas da área de navegação e pesca lecciona uma ou mais disciplinas participa na organização e controle do processo docente participa na elaboração de manuais escolares e documentos pedagógicos aplica os critérios e instrumentos de avaliação pedagógicos participa na formação de docentes e acompanha o trabalho dos professores de categoria inferior integra-se nas actividades complementares da escola sob supervisão realiza tarefas de maior complexidade aplica princípios de organização do trabalho relacionados com a actividade realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir o bacharelato e satisfazer os requisitos de conhecimentos e aptidões comprovados através de provas de avaliação

Professor de maquinaria naval «B» principal**Conteúdo de trabalho**

Conhece os programas das disciplinas de maquinaria naval lecciona uma ou mais disciplinas participa na organização e controle do processo docente elabora documentos pedagógicos aplica os critérios e instrumentos de avaliação pedagógicos integra-se em trabalhos de investigação pedagógica propõe conteúdos de ensino participa na formação de docentes e acompanha o trabalho dos professores de categorias inferiores integra-se nas actividades complementares da escola sob supervisão do professor de maior qualificação realiza tarefas de complexidade maior aplica princípios de organização do trabalho relacionados com a actividade realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir o bacharelato e mais de cinco anos de experiência como professor B de 1ª classe e satisfazer os requisitos de conhecimentos e aptidões comprovados através de provas de avaliação

Professor de maquinaria naval «B» de 1 classe**Conteúdo de trabalho**

Conhece o conteúdo das disciplinas da área de maquinaria naval lecciona uma ou mais disciplinas participa na organização e controle do processo docente participa na elaboração de manuais escolares e documentos pedagógicos aplica os critérios e instrumentos de avaliação pedagógicos integra-se em trabalhos de investigação pedagógica propõe conteúdos de ensino participa na formação de docentes e acompanha o trabalho dos professores de categorias inferiores integra-se nas actividades complementares da escola sob supervisão realiza tarefas de maior complexidade aplica princípios de organização do trabalho relacionados com a actividade realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir o bacharelato e experiência profissional de cinco anos como professor de maquinaria naval B de 2ª classe

Professor de maquinaria naval «B» de 2 classe**Conteúdo de trabalho**

Conhece o conteúdo das disciplinas da área de maquinaria naval lecciona uma ou mais disciplinas participa na organização e controle do processo docente participa na elaboração de manuais escolares e documentos pedagógicos aplica os critérios e instrumentos de avaliação pedagógicos participa na formação de docentes e acompanha o trabalho dos professores de categorias inferiores integra-se nas actividades complementares da escola sob supervisão realiza tarefas de maior complexidade aplica princípios de organização do trabalho relacionados com a actividade realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir o bacharelato e satisfazer os requisitos de conhecimentos e aptidões comprovados através de provas de avaliação

Professor de formação geral «B» principal**Conteúdo de trabalho**

Conhece os programas das disciplinas de formação geral lecciona uma ou mais disciplinas participa na organização e controle do processo docente elabora documentos pedagógicos aplica os critérios e instrumentos de avaliação pedagógicos integra-se em trabalhos de investigação pedagógica propõe conteúdos de ensino participa na formação de docentes e acompanha o trabalho dos professores de categorias inferiores integra-se nas actividades complementares da escola sob supervisão do professor de maior qualificação realiza tarefas de complexidade maior aplica princípios de organização do trabalho relacionados com a actividade realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir o bacharelato e mais cinco anos de experiência como professor «B» de 1ª classe e satisfazer os requisitos de conhecimentos e aptidões comprovados através de provas de avaliação

Professor de formação geral «B» de 1 classe**Conteúdo de trabalho**

Conhece o conteúdo das disciplinas da área de formação geral lecciona uma ou mais disciplinas participa na organização e controle do processo docente participa na elaboração de manuais escolares e documentos pedagógicos aplica os critérios e instrumentos de avaliação pedagógicos integra-se em trabalhos de investigação pedagógica propõe conteúdos de ensino participa na formação de docentes e acompanha o trabalho dos professores de categorias inferiores integra-se nas actividades complementares da escola sob supervisão realiza tarefas de maior complexidade aplica princípios de organização do trabalho relacionados com a actividade realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir o bacharelato e experiência profissional de cinco anos como professor de formação geral «B» de 2ª classe

Professor de formação geral «B» da 2.ª classe**Conteúdo de trabalho**

Conhece o conteúdo das disciplinas da área de formação geral lecciona uma ou mais disciplinas participa na organização e controle do processo docente participa na elaboração de manuais escolares e documentos pedagógicos aplica os critérios e instrumentos de avaliação pedagógicos participa na formação de docentes e acompanha o trabalho dos professores de categorias inferiores integra-se nas actividades complementares da escola sob supervisão realiza tarefas de maior complexidade aplica princípios de organização do trabalho relacionados com a actividade realiza outras tarefas de natureza e complexidade similares

Requisitos de qualificação

- Deve possuir o bacharelato e satisfazer os requisitos de conhecimentos e aptidões comprovados através de provas de avaliação

Professor assistente de navegação e pesca «C» principal**Conteúdo de trabalho**

Conhece o conteúdo das disciplinas da área de navegação e pesca ministra aulas teóricas e práticas das disciplinas da sua especialidade planifica o processo docente educativo com base nos programas de ensino com vista a atingir os objectivos estuda e interpreta os programas de ensino e elabora planos de lição de acordo com os objectivos e os conteúdos estabelecidos determina as técnicas metodológicas e didácticas apropriadas e prepara os meios de ensino adequados a cada rubrica do programa avalia continuamente o processo de ensino aprendizagem através de testes e exercícios e da observação da actividade dos alunos na aula analisa o rendimento escolar e identifica os alunos com dificuldades e programa a sua recuperação estuda e propõe metodologias de avaliação elabora e submete a aprovação as provas de exame participa nos juris de exame colabora na avaliação do trabalho dos professores assiste a aulas de outros professores de acordo com o plano traçado e participa em acções de aperfeiçoamento técnico e pedagógico cumpre rigorosamente as regras da ética profissional combate a fraude académica e mantém o sigilo profissional integra-se nas actividades complementares da escola

Requisitos de qualificação

- Deve possuir o curso médio com formação psicopedagógica equivalente a dos Institutos Técnicos Pedagógicos e cinco anos de trabalho como professor assistente C de 2.ª classe
- Deve conhecer os planos de estudo programas normas e regulamentos relativos aos cursos ministrados na escola
- Deve possuir capacidade de planificação organização controle e direcção de actividades escolares

Professor assistente de navegação e pesca «C» de 1.ª classe**Conteúdo de trabalho**

Conhece o conteúdo das disciplinas da área de navegação e pesca ministra aulas teóricas e práticas das disciplinas da sua especialidade planifica o processo docente educativo com base nos programas de ensino com vista a atingir os objectivos definidos estuda e interpreta os programas de ensino e elabora planos de lição de acordo com os objectivos e os conteúdos estabelecidos determina as técnicas metodológicas e didácticas apropriadas e pre-

para os meios de ensino adequados a cada rubrica do programa avalia continuamente o processo de ensino-aprendizagem através de testes e exercícios e da observação da actividade permanente dos alunos na aula analisa o rendimento escolar e identifica os alunos com dificuldades e programa a sua recuperação estuda e propõe metodologias de avaliação elabora e submete a aprovação as provas de exame participa nos juris de exame colabora na avaliação do trabalho dos professores assiste a aulas de outros professores de acordo com o plano traçado e participa em acções de aperfeiçoamento técnico e pedagógico cumpre rigorosamente as regras da ética profissional combate a fraude académica e mantém o sigilo profissional integra-se nas actividades complementares da escola

Requisitos de qualificação

- Deve possuir o curso médio com formação psicopedagógica equivalente à dos Institutos Técnicos Pedagógicos e cinco anos de trabalho como professor assistente C de 2.ª classe
- Deve conhecer os planos de estudo programas normas e regulamentos relativos aos cursos ministrados na escola
- Deve possuir capacidade de planificação organização controle e direcção de actividades escolares

Professor assistente de navegação e pesca «C» de 2.ª classe**Conteúdo de trabalho**

Conhece o conteúdo das disciplinas de navegação e pesca ministra aulas teóricas e práticas das disciplinas da sua especialidade com base nos programas de ensino prepara os planos de lição contando com o apoio do colectivo de professores da mesma especialidade aplica as técnicas metodológicas e didácticas analisadas e definidas pelo colectivo da secção elabora os meios de ensino adequados a cada rubrica do programa submete a aprovação os testes e exercícios destinados a avaliação da actividade permanente dos alunos participa na análise do rendimento escolar e contribui para a recuperação dos alunos mais fracos estuda e propõe as metodologias de avaliação elabora e submete a aprovação as provas de exame participa nos juris de exame colabora na avaliação do trabalho dos professores assiste a aulas de outros professores de acordo com o plano traçado e participa em acções de aperfeiçoamento técnico e pedagógico cumpre rigorosamente as regras da ética profissional combate a fraude académica e mantém o sigilo profissional integra-se nas actividades complementares da escola

Requisitos de qualificação

- Deve possuir o curso médio com formação psicopedagógica equivalente à dos Institutos Técnicos Pedagógicos ou habilitações equivalentes ao nível médio de ensino e cinco anos de experiência docente
- Deve conhecer os planos de estudo programas normas e regulamentos relativos aos cursos ministrados na escola
- Deve possuir capacidade de planificação organização controle e direcção de actividades escolares

Professor assistente de maquinaria naval «C» principal**Conteúdo de trabalho**

Conhece o conteúdo das disciplinas da área de maquinaria naval ministra aulas teóricas e práticas de disciplinas da sua especialidade em caso de carencia do corpo docente

lecciona disciplinas de formação geral planifica o processo docente-educativo com base nos programas de ensino com vista a atingir os objectivos definidos estuda e interpreta os programas de ensino e elabora planos de lição definindo os objectivos e conteúdos determina as técnicas metodológicas e didácticas apropriadas e prepara os meios de ensino adequados a cada rubrica do programa avalia continuamente o progresso de ensino-aprendizagem através de testes e exercícios e da observação da actividade permanente dos alunos na aula analisa o rendimento escolar e define as medidas para o seu melhoramento elabora provas de exame e submete a aprovação participa nos juris de exame colabora na avaliação do trabalho dos professores analisa globalmente o processo de ensino e realiza projectos de pesquisa ou de experimentação pedagógica assiste a aulas de outros professores de acordo com plano traçado e participa em acções de aperfeiçoamento técnico e pedagógico cumpre rigorosamente as regras da ética profissional combate a fraude académica e mantém o sigilo profissional integra-se nas actividades complementares da escola

Requisitos de qualificação

- Deve possuir o curso médio com formação psico-pedagógica equivalente à dos Institutos Técnicos Pedagógicos e cinco anos de trabalho como professor assistente «C» de 1ª classe
- Deve conhecer os planos de estudo programas normas e regulamentos relativos aos cursos ministrados na escola
- Deve possuir capacidade de planificação organização controle e direcção de actividades escolares

Professor assistente de maquinaria naval «C» de 1ª classe

Conteúdo de trabalho

Conhece o conteúdo das disciplinas da área de maquinaria naval ministra aulas teóricas e práticas das disciplinas da sua especialidade planifica o processo docente educativo com base nos programas de ensino com vista a atingir os objectivos estuda e interpreta os programas de ensino e elabora planos de lição de acordo com os objectivos e os conteúdos estabelecidos determina as técnicas metodológicas e didácticas apropriadas e prepara os meios de ensino adequados a cada rubrica do programa avalia continuamente o processo de ensino-aprendizagem através de testes e exercícios e da observação da actividade permanente dos alunos na aula analisa o rendimento escolar e identifica os alunos com dificuldades e programa a sua recuperação estuda e propõe metodologias de avaliação elabora e submete a aprovação as provas de exame participa nos juris de exame colabora na avaliação do trabalho dos professores assiste a aulas de outros professores de acordo com o plano traçado e participa em acções de aperfeiçoamento técnico e pedagógico cumpre rigorosamente as regras da ética profissional combate a fraude académica e mantém o sigilo profissional integra-se nas actividades complementares da escola

Requisitos de qualificação

- Deve possuir o curso médio com formação psico-pedagógica equivalente à dos Institutos Técnicos Pedagógicos e cinco anos de trabalho como professor assistente «C» de 2ª classe
- Deve conhecer os planos de estudo programas normas e regulamentos relativos aos cursos ministrados na escola

- Deve possuir capacidade de planificação organização controle e direcção de actividades escolares

Professor assistente de maquinaria naval «C» de 2ª classe

Conteúdo de trabalho

Conhece o conteúdo das disciplinas de maquinaria naval ministra aulas teóricas e práticas das disciplinas da sua especialidade com base nos programas de ensino prepara os planos de lição contando com o apoio do colectivo de professores da mesma especialidade aplica as técnicas metodológicas e didácticas analisadas e definidas pelo colectivo da secção elabora os meios de ensino apropriados a cada rubrica do programa submete a aprovação os testes e exercícios destinados a avaliação da actividade permanente dos alunos participa na análise do rendimento escolar e contribui para recuperação dos alunos mais fracos estuda e propõe as metodologias de avaliação elabora e submete a aprovação as provas de exame participa nos juris de exame colabora na avaliação do trabalho dos professores assiste a aulas de outros professores de acordo com o plano traçado e participa em acções de aperfeiçoamento técnico e pedagógico cumpre rigorosamente as regras da ética profissional combate a fraude académica e mantém o sigilo profissional integra-se nas actividades complementares da escola

Requisitos de qualificação

- Deve possuir o curso médio com formação psico-pedagógica equivalente à dos Institutos Técnicos Pedagógicos ou habilitações equivalentes ao nível médio de ensino e cinco anos de experiência docente
- Deve conhecer os planos de estudo programas normas e regulamentos relativos aos cursos ministrados na escola
- Deve possuir capacidade de planificação organização controle e direcção de actividades escolares

Professor assistente de formação geral «C» principal

Conteúdo de trabalho

Conhece o conteúdo das disciplinas da área de formação geral ministra aulas teóricas e práticas de disciplinas da sua especialidade planifica o processo docente educativo com base nos programas de ensino com vista a atingir os objectivos definidos estuda e interpreta os programas de ensino e elabora planos de lição definindo os objectivos e conteúdos determina as técnicas metodológicas e didácticas apropriadas e prepara os meios de ensino adequados a cada rubrica do programa avalia continuamente o processo de ensino-aprendizagem através de testes e exercícios e da elaboração da actividade permanente dos alunos na aula analisa o rendimento escolar e define as medidas para o seu melhoramento elabora provas de exame e submete a aprovação participa nos juris de exame colabora na avaliação do trabalho dos professores analisa globalmente o processo de ensino e realiza projectos de pesquisa ou de experimentação pedagógica assiste às aulas de outros professores de acordo com o plano traçado e participa em acções de aperfeiçoamento técnico e pedagógico cumpre rigorosamente as regras da ética profissional combate a fraude académica e mantém o sigilo profissional integra-se nas actividades complementares da escola

Requisitos de qualificação

- Deve possuir o curso médio com formação psico-pedagógica equivalente à dos Institutos Técnicos Pedagógicos e cinco anos de trabalho como professor assistente C de 1ª classe
- Deve conhecer os planos de estudo programas normas e regulamentos relativos aos cursos ministrados na escola
- Deve possuir capacidade de planificação organização controle e direcção de actividades escolares

Professor assistente de formação geral «C» de 1ª classe*Conteúdo de trabalho*

Conhece o conteúdo das disciplinas da área de formação geral ministra aulas teóricas e práticas das disciplinas da sua especialidade planifica o processo docente-educativo com base nos programas de ensino com vista a atingir os objectivos definidos estuda e interpreta os programas de ensino e elabora planos de lição de acordo com os objectivos e os conteúdos estabelecidos determina as técnicas metodológicas e didácticas apropriadas e prepara os meios de ensino adequados a cada rubrica do programa avalia continuamente o processo de ensino aprendizagem através de testes e exercícios e da observação da actividade permanente dos alunos na aula analisa o rendimento escolar e identifica os alunos com dificuldades e programa a sua recuperação estuda e propõe metodologias de avaliação eabora e submete a aprovação as provas de exame participa nos juris de exame colabora na avaliação do trabalho dos professores assiste a aulas de outros professores de acordo com o plano traçado e participa em acções de aperfeiçoamento técnico e pedagógico cumpre rigorosamente as regras da ética profissional combate a fraude académica e mantém o sigilo profissional integra-se nas actividades complementares da escola

Requisitos de qualificação

- Deve possuir o curso médio com formação psico-pedagógica equivalente à dos Institutos Técnicos Pedagógicos e cinco anos de trabalho como professor assistente «C» de 2ª classe
- Deve conhecer os planos de estudo programas normas e regulamentos relativos aos cursos ministrados na escola
- Deve possuir capacidade de planificação organização controle e direcção de actividades escolares

Professor assistente de formação geral «C» de 2ª classe*Conteúdo de trabalho*

Conhece o conteúdo das disciplinas de formação geral ministra aulas teóricas e práticas das disciplinas da sua especialidade com base nos programas de ensino prepara os planos de lição contando com o apoio do colectivo de professores da mesma especialidade aplica as técnicas metodológicas e didácticas analisadas e definidas pelo colectivo de secção elabora os meios de ensino apropriados a cada rubrica do programa submete a aprovação aos testes e exercícios destina à avaliação da actividade permanente dos alunos participa na análise do rendimento escolar e contribui para a recuperação dos alunos mais fracos estuda e propõe as metodologias de avaliação elabora e submete a aprovação as provas de exame participa nos juris de exame colabora na avaliação do trabalho dos professores participa a aulas de outros professores de acordo com o plano traçado participa em acções de aperfeiçoamento técnico e pedagógico cumpre rigorosamente as

regras da ética profissional combate a fraude académica e mantém o sigilo profissional integra-se nas actividades complementares da escola

Requisitos de qualificação

- Deve possuir o curso médio com formação psico-pedagógica equivalente à dos Institutos Técnicos Pedagógicos ou habilitações equivalentes ao nível médio de ensino e cinco anos de experiência docente
- Deve conhecer os planos de estudo programas normas e regulamentos relativos aos cursos ministrados na escola
- Deve possuir capacidade de planificação organização controle e direcção de actividades escolares

Professor auxiliar «D» principal*Conteúdo de trabalho*

Conhece o conteúdo das disciplinas da área da sua especialidade ministra aulas práticas de disciplinas que estão à responsabilidade de um professor ou professor assistente lecciona disciplinas eminentemente práticas da sua especialidade ensina com base no seu conhecimento e prática da profissão fundamentando com elementos de natureza teórica estuda e interpreta os programas de ensino prático orienta e assiste os alunos durante a execução dos trabalhos práticos desenvolve nos alunos as aptidões manuais e outros hábitos e habilidades próprias da prática da profissão transmite aos alunos o sentido de disciplina e organização do trabalho limpeza ordem produtividade e conservação dos instrumentos de trabalho exercita os alunos na aplicação das normas de segurança e higiene no trabalho participa na orientação profissional dos alunos prepara os planos de lição e organiza os meios materiais os postos de trabalho e as instruções técnicas necessárias aos trabalhos elabora os meios de ensino avalia continuamente a evolução e aproveitamento dos seus alunos organiza as acções necessárias à recuperação de atrasos escolares dos alunos com mais carências mantém actualizado o registo da avaliação do aproveitamento assiduidade e comportamento elabora provas de exame e outras provas de avaliação participa no serviço de exames apoia os professores auxiliares menos experientes e trabalha com os professores das disciplinas teóricas correspondentes para garantir uma correcta ligação teórico-prática assiste a aulas de outros professores cumpre rigorosamente as regras da ética profissional combate a fraude académica e mantém o sigilo profissional integra-se nas actividades complementares da escola

Requisitos de qualificação

- Deve possuir curso técnico-profissional de nível básico ou habilitações equivalentes à 9ª classe do ensino geral e experiência profissional comprovada e cinco anos de trabalho como professor auxiliar «D» de 1ª classe
- Conhecer os planos de estudo programas normas e regulamentos relativos aos cursos ministrados na escola possuir capacidade de planificação organização controle e direcção de trabalhos práticos

Professor auxiliar «D» da 1ª classe*Conteúdo de trabalho*

Conhece o conteúdo das disciplinas da área da sua especialidade ministra aulas práticas de disciplinas que estão à responsabilidade de um professor ou professor assistente

ensina com base no seu conhecimento e prática da profissão fundamentando com elementos de natureza teórica; estuda e interpreta os programas de ensino prático; orienta e assiste os alunos durante a execução dos trabalhos práticos; desenvolve nos alunos as aptidões manuais e outros hábitos e habilidades próprias da profissão; transmite aos alunos o sentido de disciplina e organização do trabalho, limpeza, ordem, produtividade e conservação dos instrumentos de trabalho; exercita os alunos na aplicação das normas de segurança e higiene no trabalho; organiza meios materiais, os postos de trabalho e as instruções técnicas necessárias aos trabalhos; elabora os meios de ensino; avalia continuamente a evolução e aproveitamento dos seus alunos; participa no serviço de exames; trabalha com os professores das disciplinas teóricas correspondentes para garantir uma correcta ligação teórica-prática; assiste a aulas de outros professores; cumpre rigorosamente as regras da ética profissional, combate a fraude académica e mantém o sigilo profissional; integra-se nas actividades complementares da escola.

Requisitos de qualificação:

- Deve possuir curso técnico profissional de nível básico ou habilitações equivalentes à 9.ª classe do ensino geral e cinco anos de trabalho como professor auxiliar «D» de 2.ª classe; conhecer os planos de estudo, programas, normas e regulamentos relativos aos cursos ministrados na escola; possuir capacidade de organização, controle e direcção de trabalhos práticos.

Professor auxiliar «D» de 2.ª classe

Conteúdo de trabalho:

Conhece o conteúdo das disciplinas da área da sua especialidade; ministra aulas práticas de disciplinas que estão à responsabilidade de um professor ou professor assistente; ensina com base no seu conhecimento e prática da profissão; estuda e interpreta os programas de ensino prático; orienta e assiste os alunos durante a execução dos trabalhos práticos; desenvolve nos alunos as aptidões manuais e outros hábitos e habilidades próprias da prática da profissão; transmite aos alunos o sentido de disciplina e organização do trabalho, limpeza, ordem, produtividade e conservação dos instrumentos de trabalho; exercita os alunos na aplicação das normas de segurança e higiene no trabalho; participa na organização dos meios materiais, postos de trabalho e na elaboração dos meios de ensino; avalia continuamente a evolução e aproveitamento dos seus alunos; participa no serviço de exames; trabalha com os professores das disciplinas teóricas correspondentes para garantir uma correcta ligação teórico-prática; assiste a aulas de outros professores; cumpre rigorosamente as regras da ética profissional, combate a fraude académica e mantém o sigilo profissional; integra-se nas actividades complementares da escola.

Requisitos de qualificação:

- Deve possuir a 9.ª classe do ensino geral ou conhecimentos técnico-profissionais equivalentes; conhecer os planos de estudo, programas, normas e regulamentos relativos aos cursos ministrados na escola; possuir capacidade de organização, controle e direcção de trabalhos práticos.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Despacho

1. Tornando-se necessário actualizar a estrutura da Direcção da Empresa Nacional Petróleos de Moçambique, E.E., PETROMOC, ao abrigo do n.º 2 do artigo 17 da Lei n.º 2/81, de 30 de Setembro, nomeio:

- 1.1. Aires Patrício da Cruz Viola — Director Comercial.
- 1.2. Faustino José Bulande Guirruta — Director Regional.

2. Por conveniência de serviço, determino:

- 2.1. A exoneração, a seu pedido, de Manuel Morais Pereira Braga, das funções de Director Comercial.
- 2.2. A cessação de Aires Patrício da Cruz Viola, das funções de Director Regional.

Ministério da Indústria e Energia, em Maputo, 1 de Fevereiro de 1990. — O Ministro da Indústria e Energia, *António José Lima Rodrigues Branco*.

Despacho

Nos termos do n.º 1 do artigo 17 da Lei n.º 2/81, de 30 de Setembro, determino a nomeação de Evaristo Jordão Vilanculos para o cargo de Director-Geral da Unidade de Direcção de Produtos Oleaginosos.

Ministério da Indústria e Energia, em Maputo, 31 de Março de 1990. — O Ministro da Indústria e Energia, *António José Lima Rodrigues Branco*.

Despacho

Nos termos do n.º 1 do artigo 17 da Lei n.º 2/81, de 30 de Setembro, determino a nomeação de Feliciano dos Santos Muchine para Director-Geral-Adjunto da Unidade de Direcção de Produtos Oleaginosos.

Ministério da Indústria e Energia, em Maputo, 31 de Março de 1990. — O Ministro da Indústria e Energia, *António José Lima Rodrigues Branco*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Despacho

Por Diploma Ministerial de 28 de Fevereiro de 1990, foram introduzidas alterações ao Regulamento de Carreiras Profissionais do Ministério das Finanças e serviços dependentes, por forma a este se adaptar aos princípios e processo de categorização preconizados no Estatuto Geral dos Funcionários do Estado;

O processo de integração dos actuais funcionários nas categorias profissionais que devam corresponder-lhes, consoante as funções que venhem desempenhando, exige o estabelecimento da lista de equivalências prevista no artigo 34 do Regulamento citado, bem como se mostra necessária a definição dos procedimentos concretos a adoptar nesse processo;

Usando da competência estabelecida no artigo 3 do diploma conjunto dos Ministros das Finanças e do Trabalho, determino:

1. É aprovada a lista de equivalências em anexo, para efeitos de integração dos actuais funcionários de Finanças nas categorias profissionais que devam corresponder-lhes conforme o estabelecido nos artigos 33 e seguintes do Regulamento de Carreiras Profissionais do Ministério das Finanças actualizado por diploma ministerial conjunto de 28 de Fevereiro último.

2. O processo de integração referido no n.º 1 será orientado e coordenado por uma comissão assim composta:

- Victor Manuel Borges.
- António Luís Pale.
- Francisco Carlos Manuel.

3. A comissão referida no número anterior constitui o júri previsto no artigo 279 do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado e à mesma compete:

- a) A organização das listas nominais a que se refere o artigo 43 do Regulamento;

b) A apreciação das eventuais reclamações e a instrução do respectivo processo para decisão, nos termos regulamentados.

4. A comissão poderá chamar outros funcionários a participar nos respectivos trabalhos bem como solicitar informações e pareceres que considere necessários para a realização do seu trabalho.

5. A atribuição das novas categorias profissionais efectuar-se-á independentemente de quaisquer formalidades e unicamente mediante listas nominais, anotadas pelo Tribunal Administrativo e publicadas no *Boletim da República*, nos termos do artigo 43 do Regulamento.

6. Para efeitos da contagem de tempo de serviço, a integração agora efectuada será tomada a partir da data da 1.ª integração, que resultou da 1.ª versão do Regulamento aprovado por Diploma Ministerial n.º 54/85, de 2 de Outubro.

7. A produção de efeitos, em matéria de salários e como resultado da integração nas novas Carreiras Profissionais, será desde Abril de 1990.

Ministério das Finanças, em Maputo, 20 de Março, de 1990. — O Ministro das Finanças, *Abelul Magid Osman*.

Lista das equivalências para efeitos de adaptação ao Estatuto Geral dos Funcionários do Estado

I — Carreira técnica:		
a) Licenciados que tenham exercido funções de director nacional, chefes de departamento central e director provincial, chefe de repartição de 1.ª classe ou juiz de juízo fiscal de 1.ª classe	Por período igual ou superior a 10 anos	— Inspector «A» ou auditor «A» principal
	Por período igual ou superior a 5 anos	— Inspector «A» ou auditor «A» de 1.ª classe
	Por período inferior a 5 anos	— Inspector «A» ou auditor «A» de 2.ª classe
b) Outros licenciados	Com mais de 10 anos de serviço e de formação	— Inspector «A» de 2.ª classe
	Com mais de 7 anos de serviço e de formação	— Técnico «A» principal
	Com mais de 4 anos de serviço e de formação	— Técnico «A» de 1.ª classe
	Com menos de 4 anos de serviço e de formação	— Técnico «A» de 2.ª classe
c) Bacharéis que tenham exercido funções de director nacional, chefes de departamento central ou director provincial, chefe de repartição de 1.ª classe ou juiz fiscal de 1.ª classe	Por período igual ou superior a 10 anos	— Inspector «B» ou auditor «B» principal
	Por período igual ou superior a 5 anos	— Inspector «B» ou auditor «B» de 1.ª classe
d) Outros bacharéis	Com mais de 10 anos	— Técnico «B» de 2.ª classe
	Com mais de 7 anos	— Técnico «B» principal
	Com mais de 4 anos	— Técnico «B» de 1.ª classe
	Com menos de 4 anos	— Técnico «B» de 2.ª classe
e) Contabilistas que tenham exercido funções de chefe de repartição, chefe de repartição de finanças, técnico verificador, fiscal tributário ou de orçamento, ou outras funções de nível superior	Por um período igual ou superior a 10 anos	— Técnico verificador principal (do orçamento ou tributário)
	Por um período igual ou superior a 5 anos	— Técnico verificador de 1.ª classe
	Por um período inferior a 5 anos	— Técnico verificador de 2.ª classe

j) Outros contabilistas	Com mais de 10 anos de serviço e de formação Com mais de 7 anos de serviço e de formação Com menos de 7 anos de serviço e de formação	— Contabilista «C» principal — Contabilista «C» de 1.ª classe — Contabilista «C» de 2.ª classe
g) Nível secundário:		
1. Inspector (de orçamento; ou administração fiscal)		
i) I — De 1.ª classe que tenham exercido funções de director nacional, chefes de departamento central, director provincial ou chefe de repartição de 1.ª classe ou juiz fiscal de 1.ª classe	Por período igual ou superior a 15 anos Por período superior a 8 anos	— Inspector «A» de 2.ª classe — Inspector «B» principal
ii) — De 2.ª classe que tenham exercido funções de director nacional, chefe de departamento central, director provincial ou chefe de repartição de 1.ª classe ou juiz fiscal de 1.ª classe	Por período igual ou superior a 15 anos Por período superior a 8 anos	— Inspector «B» principal — Inspector «B» de 1.ª classe
III) — De 3.ª classe que tenham exercido funções de director nacional, chefe de departamento central, director provincial ou chefe de repartição de finanças de 1.ª classe ou juiz fiscal de 1.ª classe	Por período igual ou superior a 15 anos Por período superior a 8 anos	— Inspector «B» de 2.ª classe — Inspector «C» principal
2. Técnico de orçamento de 1.ª classe, técnico de divisas de 1.ª classe, e secretários de finanças de 1.ª classe, que tenham exercido as funções de director nacional, chefe de departamento central, director provincial, e chefe de repartição de finanças de 1.ª classe e chefes de repartição de finanças de 2.ª classe	Por período superior ou igual a 10 anos Por período superior a 6 anos Por período superior a 3 anos	— Inspector «C» principal — Inspector «C» de 1.ª classe — Inspector «C» de 2.ª classe
Outros técnicos de 1.ª classe:	Com mais de 5 anos na categoria Outros	— Inspector «D» de 2.ª classe — Técnico «D» principal
3. Técnico de orçamento de 2.ª classe Técnico de divisas de 2.ª classe Secretário de finanças de 2.ª classe	— — —	— Técnico de orçamento «D» principal — Técnico de divisas «D» principal — Secretário de finanças «D» principal
4. Técnico de orçamento de 3.ª classe Técnico de divisas de 3.ª classe Secretário de finanças de 3.ª classe	— — —	— Técnico de orçamento «D» de 1.ª classe — Técnico de divisas «D» de 1.ª classe — Secretário de finanças «D» de 1.ª classe
5. Técnico de orçamento de 4.ª classe Técnico de divisas de 4.ª classe Secretário de finanças de 4.ª classe	— — —	— Técnico de orçamento «D» de 2.ª classe — Técnico de divisas «D» de 2.ª classe — Secretário de finanças «D» de 2.ª classe
6. Oficial de administração de 1.ª classe	—	— Técnico «D» de 2.ª (de orçamento, divisas ou secretário de finanças)
Oficial de administração de 2.ª classe	—	— Técnico «D» de 2.ª (de orçamento, divisas ou secretário de finanças)
Oficial de administração de 3.ª classe	—	— Técnico «D» de 2.ª (de orçamento, divisas ou secretário de finanças)
Oficial de administração de 4.ª classe com mais de 2 anos	—	— Técnico «D» de 2.ª (de orçamento, divisas ou secretário de finanças)
Oficial de administração de 4.ª classe com mais de 1 ano e menos de 2 anos	—	— Terceiro-oficial de administração
Oficial de administração de 4.ª classe com menos de 1 ano	—	— Aspirante
7. Secretária de administração de 1.ª classe Secretária de direcção de 2.ª classe Secretária de direcção de 3.ª classe	— — —	— Secretária de direcção de 1.ª classe — Secretária de direcção de 2.ª classe — Secretária-dactilógrafa

8. Programador de 1.ª classe que tenha exercido funções de chefe de departamento central e com mais de 5 anos na categoria	Por mais de 3 anos	— Programador «C» principal
Programador de 2.ª classe com curso médio	Com mais de 10 anos de serviço e 5 anos na categoria	— Programador «C» de 1.ª classe
Programador de 2.ª classe sem curso médio	Com mais de 10 anos de serviço e 5 anos na categoria	— Programador «C» de 2.ª classe
Programador de 1.ª classe	—	— Programador «D» principal
Programador de 2.ª classe	—	— Programador «D» principal
Programador de 3.ª classe	—	— Programador «D» de 1.ª classe
Programador de 4.ª classe	—	— Programador «D» de 2.ª classe
9. Preparador controlador de 1.ª classe	—	— Preparador controlador «D» principal
Preparador controlador de 2.ª classe	—	— Preparador controlador «D» principal
Preparador controlador de 3.ª classe	—	— Preparador controlador «D» de 1.ª classe
Preparador controlador de 4.ª classe	—	— Preparador controlador «D» de 2.ª classe
10. Escrivão dactilógrafo de 1.ª classe	Com mais de 5 anos	— Técnico de orçamento «D» de 2.ª classe
	Com mais de 5 anos	— Técnico de divisas «D» de 2.ª classe
		— Secretário de finanças «D» de 2.ª classe (Conforme a área de trabalho respectiva)
		— Auxiliar técnico principal de orçamento
		— Auxiliar técnico de divisas ou tributário (Conforme as áreas)
11. Escrivão dactilógrafo de 2.ª classe	Com mais de 5 anos	— Auxiliar técnico principal (de orçamento, divisas ou tributário)
	Com menos de 5 anos	— Auxiliar técnico de 1.ª classe
12. Escrivão dactilógrafo de 3.ª classe	Com mais de 5 anos	— Auxiliar técnico de 1.ª classe
	Com menos de 5 anos	— Auxiliar técnico de 2.ª classe
13. Escrivão dactilógrafo de 4.ª classe	—	— Auxiliar técnico de 2.ª classe
14. Operador de registo de dados de 1.ª classe	—	— Operador de registo de dados principal
Operador de registo de dados de 2.ª classe	—	— Operador de registo de dados principal
Operador de registo de dados de 3.ª classe	—	— Operador de registo de dados de 1.ª classe
Operador de registo de dados de 4.ª classe	—	— Operador de registo de dados de 2.ª classe
15. Bibliotecário de 1.ª classe	—	— Bibliotecário «A»
Bibliotecário de 2.ª classe	—	— Bibliotecário «B»
16. Tesoureiro de 1.ª classe	—	— Tesoureiro «A»
Tesoureiro de 2.ª classe	—	— Tesoureiro «B»
17. Fiel de depósito	—	— Fiel de depósito
18. Arquivista de 1.ª classe	—	— Arquivista «A»
Arquivista de 2.ª classe	—	— Arquivista «A»
Arquivista de 3.ª classe	—	— Arquivista «B»
19. Arquivista auxiliar	—	— Arquivista auxiliar
20. Encarregado de edifício	—	— Encarregado de edifício
21. Motorista de ligeiros de 1.ª classe	—	— Motorista de ligeiros «A»
Motorista de ligeiros de 2.ª classe	—	— Motorista de ligeiros «B»
Motorista de ligeiros de 3.ª classe	—	— Motorista de ligeiros «C»
22. Mecânico de automóveis de 1.ª classe	—	— Mecânico de automóveis «A»
Mecânico de automóveis de 2.ª classe	—	— Mecânico de automóveis «B»
Mecânico de automóveis de 3.ª classe	—	— Mecânico de automóveis «C»
23. Mecânico de máquinas de escritório de 1.ª classe	—	— Mecânico de máquinas de escritório «A»
Mecânico de máquinas de escritório de 2.ª classe	—	— Mecânico de máquinas de escritório «B»
Mecânico de máquinas de escritório de 3.ª classe	—	— Mecânico de máquinas de escritório «C»
24. Operador de telex de 1.ª classe	—	— Operador de telex «A»
Operador de telex de 2.ª classe	—	— Operador de telex «B»
25. Operador de reprografia	—	— Operador de reprografia
26. Telefonista de 1.ª classe	—	— Telefonista «A»
Telefonista de 2.ª classe	—	— Telefonista «B»
27. Porteiro	—	— Porteiro
28. Guarda	—	— Guarda

11 DE JULHO DE 1990

29. Estafeta-moto	—	— Estafeta-moto
30. Ajudante de mecânico de automóveis ...	—	— Ajudante de mecânico de automóveis
31. Ajudante de mecânico de máquinas de escritório	—	— Ajudante de mecânico de máquinas de escritório
32. Contínuo	—	— Contínuo
33. Servente de 1.ª classe	Com mais de 5 anos de serviço	— Contínuo
Servente de 1.ª classe	Com menos de 5 anos de serviço	— Servente «A»
Servente de 2.ª classe	—	— Servente «B»

Preço — 132 00 MT

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE